



Banco Central prevê crescimento de 1,6% para o PIB em 2026

Dívida Pública sobe 2,31% em fevereiro e supera R\$ 8,8 trilhões

Página 3

IPCA-15 desacelera em março, mas supera projeções com pressão de alimentos

Página 12

Governo SP libera Cartas de Crédito para viabilizar o acesso de 12,5 mil famílias ao 1º imóvel

O Governo de São Paulo anunciou na quinta-feira (26) a liberação de mais 12,5 mil novas Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) do programa Casa Paulista, com investimento de R\$ 159 milhões. O subsídio, operado pela Secretaria de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (SDUH), é destinado a famílias de 62 municípios para a aquisição do primeiro imóvel. Página 2

Galípolo: BC tem margem para avaliar impactos da guerra sobre o Brasil



Página 12

Motociclistas não pagarão por curso de capacitação: entenda o Mão na Roda em São Paulo

Página 2

Petrobras faz leilão de gás de cozinha com ágio mínimo de 30% sobre preço normal

A Petrobras agendou para esta sexta-feira (27) um leilão de oferta de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), com o maior ágio mínimo de cerca de 30% sobre o preço que cobra nor-

malmente pelo produto.

A estatal vai leiloar a entrega de 70 mil toneladas de GLP, equivalente a cerca de 12% do consumo mensal brasileiro. Página 3

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,24
Venda: 5,24

Turismo
Compra: 5,26
Venda: 5,44

EURO

Compra: 6,05
Venda: 6,05

Esporte

Mundial de Marcha Atlética de Brasília receberá 333 atletas de 40 países no dia 12 de abril

O Campeonato Mundial de Marcha Atlética Caixa por Equipe 26, que será realizado em Brasília, Distrito Federal, no dia 12 de abril - pela primeira vez no Hemisfério Sul -, vai receber 333 atletas (180 homens e 153 mulheres) de 40 países. A lista de entrada foi publicada e os números divulgados pela World Athletics na quinta-feira (26). A competição terá 114 mulheres e 140 homens na maratona e meia maratona adulto, 39 mulheres e 40 homens nas provas sub-20 de 10 km.

O Brasil terá equipe completa na competição, com 26

atletas: cinco mulheres e cinco homens na maratona (42,195 km), cinco mulheres e cinco homens na meia maratona (21,0975 km), e três mulheres e três homens nos 10 km da categoria sub-20.

“Os inscritos na meia maratona masculina são liderados pelo campeão mundial dos 20 km, Caio Bonfim, que encabeça a equipe do país anfitrião”, escreveu a World Athletics. No Mundial de Atletismo de Tóquio-2025 Caio também foi prata nos 35 km. O marchador é também medalhista olímpico de prata nos 20 km nos Jogos de Paris-2024.

“Competindo em casa, em

Brasília, ele (Caio) enfrentará o bicampeão mundial Toshikazu Yamanishi, do Japão, bem como os três primeiros colocados dos 20 km na última edição deste campeonato - o sueco Perseus Karlström, medalhista de bronze mundial, o espanhol Paul McGrath e seu compatriota Diego Garcia Carrera.”

A maratona masculina também trará a Brasília várias medalhistas em campeonatos mundiais, como o canadense Evan Dunfee, campeão mundial dos 35 km, o italiano Massimo Stano, campeão olímpico dos 20 km (Tóquio-2021), o japonês Hayato Katsuki, recordista mundial e



Mundial de Marcha Atlética: 333 atletas e 40 federações

bronze mundial nos 35 km e o alemão Christopher Linke, detentor de múltiplos recordes.

A meia maratona feminina terá a peruana Kimberly García, bicampeã mundial em

2022, e a polonesa Katarzyna Zdzienicka, prata mundial em ambas as distâncias na mesma edição de 2022, e a campeã espanhola Antia Chamosa.

A World Athletics ainda cita a brasileira Viviane Lyra, atleta olímpica, campeã sul-americana dos 20 km, competindo em casa dentre os destaques da maratona feminina e também a equatoriana Paula Torres, medalhista de bronze mundial nos 35 km, e a italiana Eleonora Giorgi, medalhista de bronze mundial em 2019.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Julio Campos chega forte a Cascavel após pódio na abertura da Stock Car



Julio Campos

A temporada 2026 da Stock Car Pro Series começou como prometido: intensa, imprevisível... e já com cara de campeonato disputado até o fim. E no meio desse cenário, um nome

aparece com força logo na largada: Julio Campos.

Depois de um fim de semana sólido em Curvelo, o piloto do Time Lubrax TMG desmbarca em Cascavel embalado por um segun-

do lugar na corrida principal, resultado que não só colocou ele no pódio, mas também o posicionou entre os protagonistas da temporada logo de cara.

Agora, o desafio é outro. Mais rápido. Mais técnico. E, para Campos, ainda mais especial.

A segunda etapa do campeonato acontece entre os dias 27 e 29 de março no tradicional Autódromo Zilmar Beux, no Paraná, um circuito onde o piloto conhece cada detalhe... e onde já construiu uma relação forte ao longo dos anos.

A abertura da temporada mostrou exatamente o que se espera de Campos em 2026: consistência, leitura de corrida e oportunismo. Em Curvelo, ele soube administrar estratégia, alongar stint e aproveitar o momento decisivo da

prova para garantir o segundo lugar, atrás apenas de Felipe Fraga. O resultado lhe colocou na quarta posição do campeonato, com 106 pontos, colado nos líderes e totalmente inserido na briga pelo título desde o início.

“Foi muito importante começar o ano assim. Um segundo lugar na corrida principal e pontos importantes no sábado. A gente sabe que campeonato se constrói com regularidade”, destacou o piloto.

Se existe um lugar ideal pra manter esse embalo... esse lugar é Cascavel. Além de ser uma das pistas mais tradicionais da Stock Car, o circuito paranaense é também um dos mais desafiadores do calendário, com curvas de alta velocidade e pouquíssima margem para erro. E Campos chega com

um trunfo importante: histórico forte no traçado, sendo um dos pilotos com mais pódios na pista.

Cascavel também marca a consolidação da nova era dos motores V8, mais agressivos, mais exigentes e que mudam completamente a forma de pilotar. “Cascavel é uma pista que cobra muito do piloto. É rápida, técnica e qualquer erro custa caro. Mas é uma pista que eu gosto muito e onde já tive bons resultados. A expectativa é brigar lá na frente de novo”, afirmou.

Outro fator que reforça o momento de Campos é o ambiente dentro da equipe. No Time Lubrax TMG, ele divide estrutura com Felipe Massa, uma parceria que combina experiência com consistência dentro da Stock Car. O resultado disso já aparece na tabe-

la: a TMG chega a Cascavel liderando o campeonato de equipes, mostrando força coletiva logo nas primeiras etapas.

“Sabemos que vai ser um campeonato longo e muito disputado. Mas o objetivo é claro: continuar pontuando forte, disputar vitórias e se manter na briga pelo título”, completou.

Com ingressos já à venda e expectativa de casa cheia, Cascavel se prepara para mais um fim de semana de grandes disputas. A programação inclui treinos na sexta, corrida sprint no sábado e a prova principal no domingo.

E enquanto o ronco dos V8 promete ecoar forte no Oeste do Paraná... Julio Campos chega pronto para transformar consistência em vitória.

SP atinge meta de alfabetização na idade certa com 360 mil alunos

São Paulo bateu a meta nacional de alfabetização e chegou a 61% dos alunos do 2º ano leitores em 2025, segundo dados do MEC. O índice corresponde a cerca de 360 mil crianças alfabetizadas e coloca o estado como o maior em número absoluto de alunos leitores do país. Com o resultado, o estado de São Paulo se mantém na rota para conquistar, em 2027, o selo ouro do prêmio Criança Alfabetizada, concedido pelo governo federal.

O desempenho paulista melhora o resultado de 2024, quando a rede já havia superado a meta estipulada, com 58% e garantiu ao estado a medalha de ouro na premiação do programa Criança Alfabetizada. A partir do

resultado anterior, o Estado de São Paulo recebeu na última segunda-feira (23), o "selo ouro" em evento do MEC.

A nova marca, de 61%, foi comunicada pelo MEC aos estados nesta semana e reforça a expectativa da Seduc-SP de repetir o reconhecimento no próximo ciclo.

Alfabetiza Juntos SP

O resultado também reflete o investimento contínuo do Governo do Estado na área. Em 2025, foram destinados R\$ 500 milhões para ações de alfabetização, aumento em relação aos R\$ 300 milhões investidos em 2024.

A política é impulsionada pelo programa Alfabetiza Juntos SP,



O resultado supera a marca anterior e reforça a expectativa para conquistar novamente o selo ouro do prêmio Criança Alfabetizada

que articula ações com as redes municipais. A gestão estadual aposta na continuidade da estratégia para sustentar o índice e avançar rumo à meta de 90% de crianças leitoras, entre iniciantes e fluentes, na idade certa até o fim deste ano.

Por meio do Alfabetiza Juntos SP, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apoia escolas estaduais e municípios paulistas no cumprimento das metas de alfabetização, com ações como:

% Materiais de apoio ao Cur-

riculo Paulista: adotado em 572 municípios;

% Plataforma de leitura Elefante Letrado, presente em 436 municípios;

% Formação de professores: em 636 municípios, com 61,9 mil professores e 8.300 gestores municipais, além dos profissionais da rede estadual de ensino; e % Matific, plataforma para apoiar o aprendizado de matemática, disponível para 275 cidades paulistas.

Programa paulista é reconhecido pela Unesco

Pilar das iniciativas de alfabetização de São Paulo, o Alfabetiza Juntos também é reconhecido fora do Brasil. Em dezembro, a política foi validada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por integrar o modelo CARE-KNOW-DO, desenvolvido pela pesquisadora doutora Alexandra

Okada, da The Open University, no Reino Unido, no âmbito da iniciativa europeia CONNECT. O conceito que reconhece o Alfabetiza Juntos SP é dividido em:

CARE: diz respeito ao cuidado e ao compromisso de garantir que todas as crianças aprendam;

KNOW: reúne o conhecimento e as estratégias baseadas em evidências que orientam o trabalho das escolas; e

DO: incentiva que os estudantes coloquem em prática o que aprendem, conectando a alfabetização às situações reais de suas comunidades.

A abordagem, vista como contribuição relevante para o avanço do ODS 4 — um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) —, reforça que alfabetizar é também formar crianças capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

No parlamento que teve jogadores (Zé Maria e Ademir da Guia) e vários jornalistas [cronistas esportivos], a atual seleção [do técnico italiano Ancelotti] não está entre as favoritas da Copa 2026

PREFEITURA (São Paulo)

O católico Ricardo Nunes (MDB) segue orando pra que o católico e governador Tarciso Freitas (Republicanos) não só seja reeleito em 2026, como participe com ele na sucessão das eleições 2028

ASSEMBLEIA (São Paulo)

No parlamento que teve dirigentes esportivos [Marin, Wadhi Helú, Nabi Chedid e vários jornalistas esportivos], a seleção [do técnico italiano Ancelotti] não está entre as favoritas da Copa 2026

GOVERNO (São Paulo)

Ao deixar a Secretaria [Governo] do candidato à reeleição Tarciso (Republicanos), o ex-prefeito Kassab (refundador e dono do PSD) segue sendo um "noivo preferencial" nos segundos turnos pelo Brasil

CONGRESSO (BRASIL)

Não fosse a morte do senador (SP) major Olímpio, o suplente Giordano não seria senador. Ao que parece, não aprendeu nada sobre o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo como verdadeiros(as) cristãos

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Quem volta hoje pra prisão domiciliar é o ex-presidente Bolsonaro. Terá 3 meses [concedidos por Moraes - STF] pra repensar sobre tudo o que DEUS Concedeu e ele "perdeu" ao lado de falsos(as) cristãos

PARTIDOS (Brasil)

O partido Aliança Renovadora Nacional (Arena) completa 60 anos como PP. Foram seus políticos, no governo do general Médici, que mais faturaram com a conquista da 3ª Copa do Mundo [México 1970]

HISTÓRIAS

1990: comecei no jornalismo como cronista esportivo. O nome da coluna era "Futebol Paulista". Ao cobrir mais a Federação de Futebol do que os clubes, descobri que tudo era política. Desde 1993, ainda estou aqui

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações; e sede agradecidos" Colossenses 3:15

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Motociclistas não pagarão por curso de capacitação: entenda o Mão na Roda em SP

Motociclistas profissionais de São Paulo terão acesso gratuito ao curso obrigatório, à prova teórica e à emissão de CNH digital para exercer a profissão. A iniciativa integra o Mão na Roda, um pacote de medidas que organiza a implementação de uma exigência que já existe a nível federal. Com isso, o Governo de São Paulo torna a capacitação da categoria mais acessível e estruturada. A fiscalização do Detran ocorre apenas em caráter educativo e não há multa.

São Paulo é o único estado do país a oferecer, de forma integrada, todas essas etapas sem custo direto ao trabalhador, reduzindo barreiras e ampliando o acesso à formalização da atividade.

Política organiza exigência nacional e amplia acesso

A exigência de curso especializado e aprovação em exame teórico para motociclistas e mototaxistas já está prevista em lei federal, no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e em normas do Contran (Conselho Nacional de Trânsito). O papel do Detran-SP é operacionalizar o cumprimento dessas normas. Assim, o Mão na Roda dá a possibilidade para que

3,5 milhões de motociclistas profissionais do estado cumpram a exigência federal e sem custo.

Curso gratuito será oferecido em todo o estado

Em média, o processo necessário para a capacitação tem um custo de R\$ 480. Em São Paulo, com a gratuidade do curso, exame e CNH digital, os custos para o motociclista serão de R\$ 90, referente à avaliação psicológica.

Com isso, a economia é de R\$ 390 por pessoa. O curso será ofertado gratuitamente pela Escola Pública de Trânsito (EPT) e atenderá todo o território paulista.

Com isso, passam a ser gratuitos:

curso obrigatório
prova teórica
emissão da CNH digital com atividade remunerada (EAR)
A medida reduz custos, amplia oportunidades e fortalece a qualificação da categoria.

Fiscalização terá período de transição

Motociclistas profissionais terão um período para se adaptar às novas exigências. Durante esse tempo, o Governo de São



Motociclistas profissionais passarão por processo de capacitação em São Paulo

Paulo vai oferecer continuamente vagas para cursos e exames, fará fiscalização educativa, sem aplicação de multa, e atuará para garantir a capacitação completa dos profissionais.

Segurança no trânsito

Motociclistas são as principais vítimas no trânsito do estado de São Paulo. Nesse contexto, os motociclistas profissionais estão mais expostos. Assim, o Mão na Roda atua diretamente sobre este grupo para qualificar e proteger o

trabalho da categoria. A estratégia está alinhada ao Plano de Segurança Viária do Estado de São Paulo, que busca reduzir as mortes no trânsito priorizando os usuários mais vulneráveis do sistema.

O que muda na prática

O motociclista passa a contar com:
acesso gratuito às principais etapas exigidas por lei federal
redução significativa de custos
prazo para adaptação com orientação (Governo de SP)

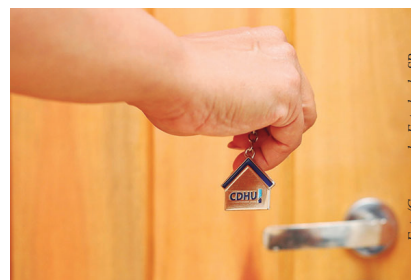
Governo libera Cartas de Crédito para viabilizar o acesso de 12,5 mil famílias ao 1º imóvel

O Governo de São Paulo anunciou na quinta-feira (26) a liberação de mais 12,5 mil novas Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) do programa Casa Paulista, com investimento de R\$ 159 milhões. O subsídio, operado pela Secretaria de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (SDUH), é destinado a famílias de 62 municípios para a aquisição do primeiro imóvel. O valor do cheque varia de R\$ 10 mil a R\$ 16 mil, a depender do tamanho da cidade.

Esta é a nona etapa de liberação de subsídios pelo CCI, que já disponibilizou, desde 2023, 96,3 mil cheques, com um investimento estadual de R\$ 1,2 bilhão. O número é um recorde para o programa, superando em 88% o número de aportes realizados em toda a história da modalidade, que teve início em 2012. De lá até 2022, haviam sido concedidos 50,8 mil subsídios.

"Hoje celebramos mais uma vez a habitação, algo que temos feito de início do mandato. Em três anos, aplicamos a mesma quantidade de recursos que a média nos últimos oito. Então, de fato, foi um esforço financeiro grande, mas vale a pena. Não tem preço quando entregamos as chaves para pessoas que estavam em áreas de risco, como na Vila Manteiga ou na Serra do Mar, e temos certeza de que elas vão viver em segurança. Para-béns aos 62 municípios que vão ser beneficiados agora com mais de 12 mil cartas. Vamos fazer a diferença na vida de muita gente", afirmou o governador Tarciso de Freitas.

Pelo CCI, famílias com renda mensal de até três salários mínimos recebem o subsídio para comprar o primeiro imóvel em empreendimentos autorizados pela SDUH, com financiamentos



com recursos do FGTS operados pela Caixa Econômica Federal.

A modalidade é uma importante ferramenta de apoio às famílias que enfrentam dificuldade para realizar o sonho da casa própria, já que o subsídio pode ser somado a benefícios federais e ao saldo do FGTS do trabalhador, quando disponível. Esta combinação permite aumentar o valor de entrada no financiamento ou, ainda, reduzir o valor das prestações, adequando-as à capacidade de pagamento das famílias.

"Investimos algo em torno de R\$ 9 bilhões em três anos, o mesmo que foi investido em mais de oito anos anteriores. O que fizemos foi mudar um pouco a lógica do programa, apostando mais nas parcerias com as prefeituras e em recursos federais. Reagrupamos esses programas todos de forma a entregar as chaves de moradia às famílias que mais precisam", afirmou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

Levantamento realizado em 2025 pelo Casa Paulista com empresas participantes do programa

indica que a renda média dos beneficiários das Cartas de Crédito Imobiliário foi de R\$ 2,8 mil, enquanto famílias que compraram imóveis nos mesmos empreendimentos sem o benefício estadual tinham renda mensal de R\$ 5,2 mil. Em algumas cidades, como Sorocaba e Itaquaquecetuba, a disparidade era ainda maior, pois nesses municípios, a renda mensal das famílias que compraram sem o cheque do Casa Paulista ultrapassou R\$ 7 mil.

A participação é aberta a todos os interessados que se enquadram nos critérios do programa e que tenham a habilitação aprovada pela Caixa Econômica Federal, responsável pela concessão do financiamento habitacional. Os cidadãos podem verificar a lista de empreendimentos que contam com os subsídios, conhecer os imóveis e fazer uma simulação de financiamento com as construtoras. O endereço é www.casapaulista.sp.gov.br.

Índice de Priorização de Pleitos (PPI)

Para distribuir os subsídios de forma mais equilibrada, justa

e eficaz aos municípios, foi desenvolvido pela SDUH um Índice de Priorização de Pleitos (PPI). O instrumento utiliza critérios objetivos para definir a distribuição das Cartas de Crédito Imobiliário aportadas pelo Casa Paulista. São levados em conta aspectos como o déficit habitacional dos municípios, a distribuição histórica dos investimentos do programa, o desempenho dos empreendimentos em conversão de cheques em etapas anteriores, o planejamento das entregas e a capacidade institucional das administrações municipais.

Desta forma, o PPI proporciona uma leitura mais adequada das necessidades e das condições de implementação do programa, atuando como um importante aliado no processo de decisão para que a aplicação dos recursos do Casa Paulista seja feita com eficácia. A ferramenta tem caráter dinâmico, ou seja, será constantemente avaliada e aprimorada ao longo das etapas do programa com o intuito de aperfeiçoar continuamente a política habitacional, reforçando o compromisso do Estado com a qualidade do gasto público e a efetividade das entregas.

Desde abril, cidades com até 20 mil habitantes receberam um aumento de 60% no valor do benefício, que passou a ser de R\$ 16 mil por família. Anteriormente, o cheque nesses municípios era de R\$ 10 mil. Nesta etapa, três municípios se enquadram nesta categoria: Canitar, Estiva Gerbi e Sud Meneguici.

A medida foi realizada após análise do desempenho do programa constatar a dificuldade das empresas em acessar o mercado nestas cidades, que têm população com renda mensal baixa. (Governo de SP)

Banco Central prevê crescimento de 1,6% para o PIB em 2026

O Banco Central (BC) manteve em 1,6% a projeção de crescimento da economia em 2026. Em seu Relatório de Política Monetária, divulgado na quinta-feira (26), a autarquia destaca, entretanto, que a atual previsão para o Produto Interno Bruto (PIB - soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país) está sujeita a "maior incerteza" diante dos potenciais efeitos dos conflitos no Oriente Médio.

"Se prolongado [o conflito], seus impactos predominantes, no país e no exterior, devem ser consistentes com um choque negativo de oferta, aumentando a inflação e reduzindo o crescimento, ainda que alguns setores da economia brasileira, especialmente o petrolífero, possam se beneficiar", diz o relatório do BC.

"Se a distribuição de mercadorias continuar interrompida e a capacidade de produção reduzida na região por muito tempo, o impacto sobre os preços e a atividade pode ser duradouro e significativo", acrescentou a autarquia.

O dado para o PIB é referente ao primeiro trimestre deste ano, sendo o mesmo valor daquele divulgado no relatório de dezembro. "A estabilidade da projeção de crescimento anual decorre do resultado do quarto trimestre de 2025, próximo ao esperado, e da manutenção da perspectiva de expansão trimestral moderada ao longo de 2026", diz o relatório.

"Esse cenário é condicionado pela expectativa de política monetária em campo restritivo [juros altos], pelo baixo nível de ociosidade dos fatores de produção, pela perspectiva de desaceleração da economia global e pela ausência do impulso agropecuário observado em 2025", explicou o BC.

Em 2025, o PIB do Brasil fechou

em 2,3%, com expansão em todas as atividades, mas puxado principalmente pela agropecuária.

Segundo a autarquia, o cenário para 2026 incorpora também estimativas dos efeitos de medidas recentes com potencial de sustentar a demanda doméstica, como o aumento real do salário mínimo e a isenção ou o desconto no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil ou R\$ 7 mil.

No mesmo sentido, o mercado de trabalho continua aquecido, com queda do desemprego e aumento dos salários.

O relatório do BC apresenta as diretrizes das políticas adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para a definição da taxa básica de juros, a Selic, e avalia a evolução recente e as perspectivas da economia, especialmente as projeções de inflação. A Selic é o principal instrumento do BC para manter a inflação sob controle.

De setembro de 2024 a junho de 2025, a Selic foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas cinco reuniões seguintes do Copom. Após esse período prolongado de manutenção da taxa em 15% ao ano, na semana passada, ele foi reduzida para 14,75% ao ano.

Diante das incertezas provocadas pelo conflito no Oriente Médio, o BC não descarta rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

Inflação

O BC ressalta que a inflação deve subir até o fim de 2026, reconhecendo trajetória de queda até o horizonte relevante, mas ainda permanecendo acima da meta. A meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para

baixo, isto é, de 1,5% a 4,5%.

Segundo a autarquia, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - deve terminar o ano em 3,6%, "em boa medida advinda do aumento dos preços do petróleo".

A probabilidade de a inflação estourar o teto da meta (4,5%) em 2026 subiu de 23% para 30% neste Relatório de Política Monetária.

De acordo com o documento, a partir do ano que vem, a inflação volta a cair, chegando a 3,1% no último período considerado, referente ao terceiro trimestre de 2028. "No horizonte relevante de política monetária, ou seja, o terceiro trimestre de 2027, a inflação projetada é 3,3%", diz o BC.

Crédito

A projeção para o crescimento do saldo do crédito ofertado tanto para pessoas físicas quanto para empresas em 2026 aumentou de 8,6% para 9%. O crescimento é puxado principalmente pelo desempenho acima do esperado do crédito livre a pessoas físicas e do direcionado a pessoas jurídicas. As projeções desses segmentos aumentaram 0,5 ponto percentual, para 9,5% e 11,5%, respectivamente.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado % com regras definidas pelo governo % é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Apesar do aumento, a projeção atualizada segue indicando desaceleração do crédito pelo segundo ano consecutivo. O saldo do crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 10,3% em 2025, abaixo da variação de 11,5%

observada em 2024.

"A desaceleração esperada é consistente com o cenário prospectivo para a atividade econômica doméstica e com os efeitos correntes e defasados da política monetária [de aumento da Selic], em contexto de endividamento e comprometimento de renda elevados", explicou o BC.

Contas externas

A projeção de déficit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países, foi reduzida em relação ao relatório anterior, passando de R\$ 60 bilhões para US\$ 58 bilhões (2,2% do PIB) em 2026, em função da melhora na projeção do saldo comercial, apoiado em crescimento das exportações superior ao das importações.

A elevação do valor projetado para as exportações vem da combinação de ligeiro aumento do volume esperado e, principalmente, da perspectiva de preços mais altos. Segundo o BC, a principal mudança em relação ao relatório de dezembro vem da alta dos preços de combustíveis como resultado do conflito no Oriente Médio, com impacto na projeção de exportação de petróleo.

Esse déficit externo estará financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm projeção do fluxo líquido de entrada de US\$ 70 bilhões (2,7% do PIB).

Por outro lado, o conflito no Oriente Médio eleva os riscos e a incerteza com a redução do fluxo comercial no Estreito de Ormuz, com possíveis repercussões no comércio internacional, nas cadeias de produção e nas condições financeiras globais. (Agência Brasil)

Brasiliana

Maurício Picazo Galhardo



Então olhei para o Brasil e vi o campo ...

- Quero saber apresenta:

"... A China está restringindo as exportações de fertilizantes para proteger seu mercado interno. A Rússia, responsável por até 40% do comércio global de nitrato de amônio, também anunciou a interrupção das exportações do produto até 21 de abril. Atualmente, o Brasil é responsável por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes, sendo o quarto do mundo, atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. O país, possui grandes reservas de matérias-primas necessárias à produção de fertilizantes, tais como gás natural, rochas fosfáticas e potássicas e micronutrientes de padrão mundial" ...

- É muito complicado produzir fertilizantes?

- Por que não produzimos?

- Precisamos criar o projeto Brasil?



O Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) foi estabelecido pelo Decreto n. 10.991 de 11 de março de 2022, com alterações perpetradas pelo Decreto n. 11.518, de 04 de maio de 2023. Críticos afirmam que a falta de prioridade e de um "projeto de país" trava a execução do plano e mantém o Brasil vulnerável. Por hoje é isto. Boa semana e até a próxima brasileira.

Dívida Pública sobe 2,31% em fevereiro e supera R\$ 8,8 trilhões

A forte emissão de títulos prefixados fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em fevereiro. Segundo números divulgados na quinta-feira (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,641 trilhões em janeiro para R\$ 8,841 trilhões no mês passado - alta de 2,31%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFI) avançou 2,17%, no passar de R\$ 8,331 trilhões em janeiro para R\$ 8,511 trilhões em fevereiro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 102,81 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos com antecedência). A essa emissão líquida, somou-se a apropriação de R\$ 77,76 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de

juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 143,26 bilhões em títulos da DPMFI. No entanto, mesmo com o baixo volume de vencimentos em fevereiro, os resgates foram menores e somaram R\$ 40,46 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFE) subiu 6,13%, ao passar de R\$ 310,59 bilhões em janeiro para R\$ 329,65 bilhões em fevereiro. Apesar da queda de 1,54% do dólar no mês passado, a dívida aumentou por causa do lançamento de US\$ 4,5 bilhões em títulos do Tesouro Nacional no mercado externo no mês passado.

Colchão

Após queda em janeiro, o colchão da dívida pública (reser-

va financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a subir em fevereiro. Essa reserva passou de R\$ 1,085 trilhão em janeiro para R\$ 1,192 trilhão no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a emissão líquida (emissões menos resgates) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,41 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,44 trilhão em títulos federais. No resultado de março, que será divulgado em abril, esse indicador deve apresentar queda porque o Tesouro recompra cerca de R\$ 49 bilhões em títulos da dívida pública após o início da guerra no Oriente Médio.

Composição

Com a forte emissão de títulos prefixados, a composição da DPF variou da seguinte forma de janeiro para fevereiro:

Títulos vinculados à Selic: de 49,42% para 49,1%;

Títulos corrigidos pela inflação: de 26,35% para 25,85%;
Títulos prefixados: de 20,65% para 21,33%;
Títulos vinculados ao câmbio: de 3,58% para 3,71%.

O PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos

Títulos vinculados à Selic: de 46% a 50%;
Títulos corrigidos pela inflação: de 23% a 27%;
Títulos prefixados: de 21% a 25%;
Títulos vinculados ao câmbio: de 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometem a administração da di-

vida do governo.

Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa das altas promovidas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) até meados do ano passado. A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

Prazo

O prazo médio da DPF oscilou de 4,03 para 4 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

Detentores

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

Instituições financeiras:

31,76% do estoque;
Fundos de pensão: 22,59%;
Fundos de investimentos: 21,58%;
Não residentes (estrangeiros): 10,75%.

Demais grupos: 13,3%.

Com a menor tensão no mercado financeiro em fevereiro, antes do início da guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu em relação a janeiro, quando estava em 10,69%. O indicador atingiu o maior nível desde novembro de 2024, quando estava em 11,2%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agência Brasil)

Petrobras faz leilão de gás de cozinha com ágio mínimo de 30% sobre preço normal

A Petrobras agendou para esta sexta-feira (27) um leilão de oferta de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), com o maior ágio mínimo de cerca de 30% sobre o preço que cobra normalmente pelo produto.

A estatal vai leiloar a entrega de 70 mil toneladas de GLP, equivalente a cerca de 12% do consumo mensal brasileiro, com ágios mínimos variando entre R\$ 885 e R\$ 950 por tonelada, além do preço normal do produto, hoje de cerca de R\$ 2.900 por tonelada.

"Estamos preocupados e surpresos", diz o presidente do Sindigás (Sindicato das Distribuidoras de GLP), Sérgio Ban-

deira de Mello.

No último leilão, os ágios mínimos variaram entre R\$ 20 e R\$ 150 por tonelada. Ao fim da concorrência, empresas que queriam entrega em Ipojuca (PE) acabaram pagando R\$ 1.190 de ágio, o equivalente a quase metade do preço de refinaria da região.

A Petrobras começou a fazer leilões de GLP em novembro de 2024. A estratégia é vista como uma maneira de repassar parcialmente ao mercado interno as variações das cotações internacionais do produto, que não tem reajuste nas refinarias da estatal desde julho daquele ano.

A estatal defende em nota

que a parcela vendida em leilões atende à demanda das distribuidoras para venda aos segmentos comercial e industrial do combustível e, por isso, não deveria afetar o consumidor residencial.

"O objetivo é atender às necessidades crescentes do segmento industrial e de outras demandas que não se enquadram no uso residencial em botijões de 13 quilos", diz. "Portanto, no entendimento da Petrobras, os volumes arrematados em leilão não deveriam impactar os preços de GLP em botijões de 13 quilos."

O país já teve uma política de diferenciação de preços entre esses dois usos: o GLP era mais

barato se fosse comprado para envase em botijão de 13 quilos do que se fosse destinado a vasilhames maiores ou venda a granel, produtos mais usados por comércio, indústria e grandes condomínios.

Essa política caiu em 2020, no governo Jair Bolsonaro (PL), com apoio do setor e de grandes consumidores. No ano passado, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu o retorno de preços diferenciados.

Em 2025, como alternativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou a ampliação do número de beneficiários de programa que botijões de gás

para famílias de baixa renda, renomeado como Gás do Povo.

A Petrobras diz que sua parcela no preço final do gás de cozinha é pequena - de apenas R\$ 34,73 em um preço médio de R\$ 109,91 por botijão na semana passada - e, por isso, seus preços teriam efeito limitado na variação final do produto.

Afirma ainda que "permanece comprometida com a segurança e a continuidade do abastecimento nacional, inclusive no atendimento às demandas adicionais geradas pelo Programa Gás do Povo". Por isso, ampliou em 4,4% a oferta do produto para os meses de março e abril de 2026.

O mercado global de GLP foi bastante impactado pela guerra no Irã, grande fornecedor de matérias-primas petroquímicas para a Ásia. China e Índia sofrem com forte queda nas importações: jornais indianos dizem, por exemplo, que a falta de produtos gera filas nas revendas e abriu espaço para um mercado negro de botijões.

Em 2025, cerca de 21% do mercado brasileiro de gás de cozinha foi abastecido com produtos importados. Estados Unidos e Argentina são os dois principais fornecedores, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). (Folhapress)

PARER DO CONSELHO FISCAL - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Resolvido e acordado pelos membros do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS, abaixo assinados, no desempenho das suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, e com a colaboração dos membros da Comissão de Auditoria, emitir o presente Parecer sobre as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus, elaboradas no período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025, bem como as demonstrações financeiras e contábeis em "demonstrações financeiras e contábeis consolidadas" para o mesmo período.

Assinados em São Paulo, 15 de Maio de 2026.

NEIDE COMAPOTTO TEIGERA, Conselheira
SILVIA MARIA DOS SANTOS / Conselheira
ANTÔNIA MARIA AUGUSTAS DA SILVA / Conselheira

	0	1	10	1
1	0	0	0	0
2	0	0	0	0
3	0	0	0	0
4	0	0	0	0
5	0	0	0	0
6	0	0	0	0
7	0	0	0	0
8	0	0	0	0
9	0	0	0	0
10	0	0	0	0
11	0	0	0	0
12	0	0	0	0
13	0	0	0	0
14	0	0	0	0
15	0	0	0	0
16	0	0	0	0
17	0	0	0	0
18	0	0	0	0
19	0	0	0	0
20	0	0	0	0
21	0	0	0	0
22	0	0	0	0
23	0	0	0	0
24	0	0	0	0
25	0	0	0	0
26	0	0	0	0
27	0	0	0	0
28	0	0	0	0
29	0	0	0	0
30	0	0	0	0
31	0	0	0	0
32	0	0	0	0
33	0	0	0	0
34	0	0	0	0
35	0	0	0	0
36	0	0	0	0
37	0	0	0	0
38	0	0	0	0
39	0	0	0	0
40	0	0	0	0
41	0	0	0	0
42	0	0	0	0
43	0	0	0	0
44	0	0	0	0
45	0	0	0	0
46	0	0	0	0
47	0	0	0	0
48	0	0	0	0
49	0	0	0	0
50	0	0	0	0
51	0	0	0	0
52	0	0	0	0
53	0	0	0	0
54	0	0	0	0
55	0	0	0	0
56	0	0	0	0
57	0	0	0	0
58	0	0	0	0
59	0	0	0	0
60	0	0	0	0
61	0	0	0	0
62	0	0	0	0
63	0	0	0	0
64	0	0	0	0
65	0	0	0	0
66	0	0	0	0
67	0	0	0	0
68	0	0	0	0
69	0	0	0	0
70	0	0	0	0
71	0	0	0	0
72	0	0	0	0
73	0	0	0	0
74	0	0	0	0
75	0	0	0	0
76	0	0	0	0
77	0	0	0	0
78	0	0	0	0
79	0	0	0	0
80	0	0	0	0
81	0	0	0	0
82	0	0	0	0
83	0	0	0	0
84	0	0	0	0
85	0	0	0	0
86	0	0	0	0
87	0	0	0	0
88	0	0	0	0
89	0	0	0	0
90	0	0	0	0
91	0	0	0	0
92	0	0	0	0
93	0	0	0	0
94	0	0	0	0
9				

o, intangíveis, ativos de direito de uso e propriedades p

Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
2025	2024			

Votorantim Cimentos ASEA Inversoras S.L. "VCEA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Trading
Votorantim Cimentos Espana, S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Cementos Asent ASEA (II)	-	-	Espanha	Euro - EUR	Holding
Prebento Aridos S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebento Hormigones S.A.	99,75	99,75	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Morteros de Galicis S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Argamasa
Cimentos Cosmos SUR S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Compañía General de Canteras, S.A.	99,18	99,18	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Prebento Lugo Hormigones S.A.	82,68	82,68	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebento Lugo S.A.	82,68	82,68	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Votorantim Cimentos Sanayine Ticaret A.Ş.	89,68	89,69	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
"Yitbas Yozgat Isot Rfidji İnşaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.Ş. (II)"	80,65	80,65	Turgutlu	Lira turca - TRY	Cimentos
Grabrarna S.A. (II)	-	-	Algarve	Euro - EUR	Holding
Asment de Temara (S.A.)	-	-	Marrócos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Asment de Marrócos	-	-	Marrócos	Dirham Marroquino - MAD	Cimentos
Marrócos Cimentos (II)	-	-	Marrócos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Société Marocaine SBBREK (II)	-	-	Marrócos	Dirham Marroquino - MAD	Mogaim
Société Les Ciments de Jebel Dusi (II)	-	-	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Cimentos
Société Granulats Jebel Dusi (II)	-	-	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Agregados
VC Latam e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Latam, S.A. de "VC LATAM"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Vacosur S.L.	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
GS Mimeritas Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Boliviana	Boliviano - BOB	Cimentos
Ticacitos Cementos S.A.	34,00	34,00	Boliviana	Boliviano - BOB	Cimentos
Cimentos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Peso uruguaio - UYU	Cimentos

Votorantim Cimentos Latin, S.A. de C.V.	100,00	100,00	Luxemburgo	Oficial - O30	Holding
Yacuces S.L	51,00	51,00	Espana	Euro - EUR	Holding
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolivia	Boliviano - BOB	Cimentos
Itacamba Cimentos S.A.	34,00	34,00	Bolivia	Boliviano - BOB	Cimentos
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguay	Peso uruguayo - UYU	Cimentos

[illegible][illegible][illegible]

Recitas	Consolidado			Controladora		
	Conforme anteriormente presentado	Reclasificadas	Reapresentado anteriormente presentado	Conforme anteriormente presentado	Reclasificadas	Reapresentado
	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Vendas de produtos e serviços	31.215		31.215	12.510		12.510
Despesas de revendas e distribuições (vendas)						
Outras receitas operacionais, líquidas	494	(117)	377	116	(60)	56
Receitas relativas à construção de ativos próprios						
Perda estimada com crédito de liquidação diversificada	(22)	971	949	(16)	536	596
	31.687	894	32.561	12.610	596	13.146
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados						
Despesas de produção, administração, material, custo com pessoal, encargos sociais e outros	(10.916)	(6.666)	(17.582)	(4.211)	(2.714)	(6.925)
Despesas de manutenção, materiais e outros	(3.904)	(1.300)	(5.204)	(1.157)	(600)	(1.757)
Despesas de materiais, materiais e outros	(1.093)	(1.093)	(1.093)			(1.093)
Depreciação de investimento em propriedade	(20)					
	(17.933)	(2.763)	(20.696)	(7.747)	(1.195)	(8.942)
Acordo de compartilhamento						

Valor adicionado em bruto	12.566	(1.882)	16.927	8.881	(1.822)	9.066
Depreciação, amortização e exaustão	(2.582)	—	(2.582)	—	—	(2.582)
Valor adicionado líquido produzido	10.984	(1.882)	14.345	8.881	(1.822)	13.503
Valor adicionado recebido em transferência	—	—	—	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	1.597	—	157	1.864	—	1.864
Receitas de operações de ativos financeiros	1.599	—	—	987	—	987
Receitas de aplicações, dividendos e outros	—	—	—	—	—	—
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	13.230	(1.882)	14.768	2.651	(1.822)	8.855
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	—	—	—	—	—	—
Total do valor adicionado a distribuir	13.230	(1.882)	14.768	2.651	(1.822)	8.855
Total do valor adicionado a distribuir	13.646	(2.181)	17.493	7.013	(655)	6.358
Valor adicionado disponível	—	—	—	—	—	—
Personal e encargos sociais	—	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos	3.201	—	3.201	760	—	760
Benefícios	516	21	537	272	21	293
ICDS	61	61	—	—	—	—
3.778	21	3.799	1.030	21	293	760
Impostos e contribuições	—	—	—	—	—	—
Federais	2.042	(1.339)	643	1.126	(330)	796
Estaduais	3.466	(469)	2.997	2.193	(347)	1.846
Municipais	46	—	46	39	—	39
5.552	(1.868)	3.684	3.358	(677)	2.681	2.681
Remuneração de capitais de terceiros	3.025	(7)	3.018	1.661	—	1.661
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	—	—	—	—	—	—
Aluguéis	102	—	102	—	—	—
3.134	(5)	3.129	1.677	—	—	1.677
Remuneração de capitais próprios	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	213	—	213	213	—	213
Lucros retidos	510	—	510	885	—	885
Participação dos acionistas não controladores	133	—	133	—	—	—
856	—	856	885	—	—	885
Distribuição do valor adicionado das operações continuadas	13.320	(2.852)	14.468	7.013	(655)	6.358
Distribuição do valor adicionado das operações descontinuadas	—	—	—	—	—	—
Distribuição do valor adicionado	13.646	(2.181)	17.493	7.013	(655)	6.358

Distribuição do valor adicionado das operações descontinuadas: A Companhia investiu em CDO's. Algumas investidas da Companhia tinham, na Espanha e na Itália, emissões de dívida garantidas por ativos reais em relação às quais a Companhia recebeu garantias de seguro de crédito. Algumas dessas emissões de gases de efeito estufa, sob os controles de emissão concedidos gratuitamente, são inicialmente mensurados a valor nominal de zero. Os direitos de emissão adquiridos a título oneroso são contabilizados ao custo como ativos intangíveis, se forem destinados a liquidar um passivo resultante das obrigações do mecanismo de comércio de emissões de gases de efeito estufa, ou como ativos intangíveis, se não são destinados, mas estão sujeitos a redução a valor recuperado no futuro.

Uma provisão e reconhecida no passivo se as emissões reais de CDO até a data do relatório não estiverem cobertas por direitos de emissão concedidos gratuitamente. A Companhia reconhece a emissão de gases de efeito estufa e a emissão de créditos de emissão de gases de efeito estufa no balanço patrimonial e no balanço de resultados necessários para cobrir as emissões reais. Essa provisão, caso necessária, é apresentada como "Outros passivos" no balanço patrimonial. A Companhia também está sujeita ao mecanismo de imposto de carbono na Alemanha. A política contábil descrita acima se aplica da mesma forma, com o limite anual de emissões de CDO sendo assimilado ao limite anual de emissões de gases de efeito estufa.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES —

(a) **Dividendos** — A Companhia declarou dividendos em 2013 e 2014.

(b) **Contrato de derivativos financeiros** — A Companhia possui contratos de derivativos financeiros para hedge de exposição a variações de câmbio e de preços de commodities.

(D) Contrato de fornecimento de energia de longo prazo: Em fevereiro de 2026, a Companhia firmou contrato com a venda e o fornecimento de energia elétrica por um período de 20 anos com o Estado do Rio Grande do Sul, sob o nome da Eneisa S.A., controladora da Eneisa S.A., no valor total estimado em R\$ 89 milhões (R\$ 89 mil), sendo que os pagamentos serão realizados em parcelas mensais de R\$ 4,45 milhões, mais juros e encargos legais, durante o prazo de 20 anos. O contrato prevê uma capacidade instalada de 55 MW medidos pela potência média por hora durante o mês de janeiro de cada ano, com possibilidade de expansão para até 70 MW. A entrega dos serviços será realizada através de linhas de transmissão existentes e novas a serem construídas pelo Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o contrato, a Eneisa S.A. deverá fornecer energia elétrica ao Estado do Rio Grande do Sul, bem como garantir a manutenção das instalações elétricas necessárias para a operação, a partir da infraestrutura existente e a ser construída. A Eneisa S.A. também se comprometeu a adquirir participação acionária na Eneisa S.A., no valor total estimado em R\$ 15 milhões, distribuído proporcionalmente conforme sua participação. O preço total da operação será pago pelas empresas em sete parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA, com vencimentos programados entre 2026 e 2036. Nos termos do contrato, a Eneisa S.A. poderá solicitar a redução ou suspensão temporária dos pagamentos caso haja alteração significativa nos preços de mercado de energia elétrica por valor-base de R\$ 56, corrigido pelo IPCA e ajustado conforme critérios contratuais. Por fim, de acordo com os termos do Contrato de Acordo de Estruturação Financeira, a Eneisa S.A. deverá apresentar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Crédito e Fomento da Companhia documentação comprobatória de que a operação foi devidamente aprovada pelo Conselho Superior nº 37/2026, publicado no Diário Oficial do Estado, tendo transitado em julgado em 28 de janeiro de 2026, sem

DIRETORIA

Oswaldo Ayres Filho Antônio Pelicano

DIRETORIA	
Oswaldo Ayres Filho Diretor Presidente	Antônio Peticano Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
CONTADOR	
Joarez Balda CFO, CFO Global e de TI, S.A. e S.A. CP	

Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	CONTADOR Joazeir Balda CRC PB 048.327/O-7 "S" SP
--------------------	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente em <http://www.votantrimcimentos.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 2 de março de 2026, sem modificações.



Banco Digio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BANCO DIGIO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O relatório da administração e as demonstrações financeiras são apresentadas a seguir sob informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Banco Digio demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Na página do jornal "Jornal O DIA SP" na internet, no endereço eletrônico: www.jornalodiassp.com.br e
- Site da instituição: www.digio.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração do Banco Digio S.A. relativo ao ano de 2025, aprovado pela Administração, em 25 de março de 2026, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.digio.com.br, assim como as demonstrações financeiras completas e auditadas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil			
Ativo	2025	Passivo	2025
Disponibilidades	7.330	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	24.987.851
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.007.113	Recursos de Instituições Financeiras	22.767.486
Títulos e Valores Mobiliários	2.007.113	Recursos de Clientes	669.776
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	19.553.914	Outros Passivos Financeiros	1.450.589
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisões para Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	295.218	Provisão para Perda Esperada	81.272
Depósitos Correntes e Outros Depósitos no Banco Central do Brasil	153.379	Compromissos de Empréstimos e Créditos a Liberar	81.272
Operações de Crédito, Líquido de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	18.717.038	Outros Provisões	582.355
Outros Ativos Financeiros	388.279	Passivos Fiscais	10.280
Imobilizado de Uso, Líquido de Depreciações	820	Impostos Diferidos	10.280
Intangíveis, Líquido de Amortizações	101.331	Outros Passivos	176.915
Impostos a Compensar	8.418	Patrimônio Líquido	75.675
Créditos Tributários	2.019.918	Capital Social	1.323.490
Outros Ativos	2.116.184	Reservas de Capital	295.764
		Outros Resultados Abrangentes	961
		Prejuízos Acumulados	(1.544.540)
Total do Ativo	25.814.928	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.814.928

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

Receitas da Intermediação Financeira	
Operações de Crédito	
Resultados de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	
Resultado das Aplicações Computórias	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	
Despesas da Intermediação Financeira	
Operações de Captações no Mercado	
Resultado da Intermediação Financeira	
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira, Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	
Despesas de Pessoal	
Despesas Administrativas	
Despesas Tributárias	
Outras Receitas Operacionais	
Outras Despesas Operacionais	
Provisão Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras	
Resultado Operacional	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação de Não Controladores	
Imposto de Renda e Contribuição Social	
(Prejuízo) Líquido do Exercício	
Resultado por ação	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

	Capital Social	Capital Social (em Apropriação)	Reserva de Capital	Outros Resultados Abstranhos	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2024	823.490	-	295.764	652	(1.001.179)	118.027
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21	-	-	-	-	(518.243)	(518.243)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	823.490	500.000	295.764	652	(1.320.122)	299.784
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(224.418)	(224.418)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	309	-	309
Aumento de Capital Aprobado em 25/03/2025	500.000	(500.000)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675
Saldos em 30 de junho de 2026	1.323.490	-	295.764	919	(1.426.878)	103.295
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	(117.662)	(117.662)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	42	-	42
Saldos em 31 de dezembro de 2026	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDAS - Em Reais mil

	21 semestre de 2025	2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	10.326	28.531
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(15.074)	(28.555)
Variação Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.748)	(24)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo Inicial	12.279	7.671
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	201	317
Saldo Final	7.330	7.330
(Redução) Líquida, do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.748)	(24)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

7) ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Composição e prazos.

		31 de dezembro - R\$ mil			
		2025			
	61 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo amortizado	Ganhos/Perdas não realizados (1)
Aplicações no mercado aberto:					
Operações compromissadas					
Possível bancado	289.999	-	-	289.999	289.999
Subtotal					-
Aplicações de depósitos interfinanceiros:					
Aplicações de depósitos interfinanceiros	-	2.912	2.307	5.219	5.339
Subtotal					120
Total	289.999	2.912	2.307	295.218	295.338

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

b) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado

	R\$ mil			
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	13	-	-	13
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	13	-	-	13

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada de Ativos Financeiros" na Demonstração do Resultado

c) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

		R\$ mil
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas		
Posição bancada	11.716	28.572
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	420	15.453
Total em 31/12/2025	12.135	44.025

8) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Remuneração	2025
Conta de pagamento instantâneo	CDI	153.379
Total		153.379

b) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Prazo	2025
Conta de pagamento instantâneo	Prazo	153.379
	indeterminado	153.379
Total		153.379

9) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Operações de crédito por tipo de produto

	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	custo amortizado	Perdas não realizadas
Letras financeiras do tesouro	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	2.007.127	(14)
Saldo em 31/12/2025	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	2.007.127	(14)
b) Receitas com títulos e valores mobiliários						
					R\$ mil	
				2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025	
Rendas de títulos e valores mobiliários						
Letras financeiras do tesouro				139.191	252.334	
Total em 31/12/2025				139.191	252.334	
						Em 31 de dezembro - R\$ mil
						2025
Operações de crédito por tipo de produto						
Modalidade						
Pessoa física:						
Empréstimos						20.016,98
Crédito pessoal						18.055,507
Outros créditos (1)						1.956,191
Financiamentos						1.546
Financiamentos por intermediação						1.546
Total da carteira de crédito						20.016,244
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito						(1.296,205)
Total da carteira de crédito, líquida						18.717,038
Em 31 de dezembro - R\$ mil						
2º Semestre de 2025						
Em 31 de dezembro de 2025						
Total da carteira de crédito - cartão de crédito						

b) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Resumo das operações de fluxo de caixa							R\$ mil
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transfe- rência para Estágio 2	Transfe- rência para Estágio 3	Orçamentos do Estágio 2	Orçamentos do Estágio 3	Originados/ (Liquidados)	Saldo em 31 de dezembro de 2026
						(Write-off)	
Estágio 1							
Pessoa física:							
Empréstimos	15.390.918	(334.587)	(115.448)	179.206	15.398	2.142.220	17.277.708
Outros créditos	13.758.210	(299.287)	(85.979)	170.206	30	2.128.147	15.871.023
Créditos recebidos	1.632.709	(334.587)	(29.469)	9.000	15.369	(186.522)	1.405.787
Financiamentos	-	-	-	-	-	1.396	1.396
Financiamentos	-	-	-	-	-	1.396	1.396
Total	15.390.918	(334.587)	(115.448)	179.206	15.398	2.143.616	17.279.034

	Saldo em 31 de janeiro de 2025	Transfe- rência para Estágio 1	Transfe- rência para Estágio 3	Ondamentos Estágio 1	Ondamentos Estágio 3	Originados/ (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 2:								
Pessoa física:								
Empréstimos	1.401.320	(179.206)	(28.867)	314.587	4.658	355.332	-	1.887.824
Crédito pessoal	1.277.118	(170.206)	(26.367)	299.287	-	403.643	-	1.783.484
Outros créditos	124.202	(9.000)	(2.500)	35.300	4.658	-	-	104.540
Financiamentos	-	-	-	-	-	150	-	150
Financiamentos	-	-	-	-	-	150	-	150
Total	1.401.320	(179.206)	(28.867)	314.587	4.658	355.482	-	1.887.824

	2023-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024	R\$ mil
	(17.526)	(17.526)	(16.587)	(16.587)	(16.587)	(16.587)	(16.587)	
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados/ (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 3								
Pessoas físicas:								
Empréstimos	894.127	(15.398)	(4.658)	115.448	28.867	502.395	(674.614)	846.166
Crédito pessoal	358.801	(30)	(9)	85.979	26.367	(373.554)		400.101
Outros créditos	535.326	(15.368)	(4.649)	29.469	2.500	301.090		446.065
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.428.153	(30.766)	(9.307)	211.447	28.867	502.395	(674.614)	846.166

	394.127	(13.390)	(4.098)	113.448	20.067	302.295	(674.614)	R\$ mil
		Saldo em 1º de janeiro de 2025		Originaidos / (Liquidados)		(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	
Consolidado - 3 estações								
Pessoas físicas:								
Empréstimos:	17.686.365		2.999.947			(674.614)	20.011.698	
Crédito pessoal:	15.394.129		3.034.932			(373.554)	18.055.507	
Outros créditos:	2.292.236		(34.985)			(201.060)	19.566.991	
Financiamentos:	-		1.546			-	1.546	
Financiamentos:	-		1.546			-	1.546	
Total:	17.686.365		3.001.493			(674.614)	20.013.244	



continuação



Banco Digio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

c) Reconciliação de perdas esperadas de operações de crédito

	Saldo em 1º de Janeiro de 2025	Transfe- rência para Estágio 2	Transfe- rência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 1								
Pessoa física:								
Empréstimos:	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.672)	-	541.990
Crédito pessoal:	523.710	(14.332)	(15.400)	5.936	1	(19.827)	-	480.089
Outros créditos:	78.547	(1.698)	(1.418)	1.919	12.396	(27.845)	-	61.901
Financiamentos:	-	-	-	-	-	5	-	5
Financiamentos:	-	-	-	-	-	5	-	5
Total:	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.667)	-	541.995
Estágio 2								
Pessoa física:								
Empréstimos:	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.930	-	127.216
Crédito pessoal:	76.489	(5.936)	(10.081)	16.332	1	22.337	-	97.742
Outros créditos:	26.485	(1.919)	(533)	1.698	3.750	594	-	30.074
Financiamentos:	-	-	-	-	-	1	-	1
Financiamentos:	-	-	-	-	-	1	-	1
Total:	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.932	-	127.217
Estágio 3								
Pessoa física:								
Empréstimos:	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994
Crédito pessoal:	255.433	(1)	(1)	15.400	10.081	396.763	(373.554)	304.119
Outros créditos:	431.792	(12.396)	(3.750)	1.418	533	206.338	(301.060)	322.875
Financiamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Total:	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994
Consolidado - 3 estágios								
Pessoa física:								
Empréstimos:		1.392.455		578.359		(674.614)		1.296.200
Crédito pessoal:		855.631		399.273		(373.554)		881.350
Outros créditos:		536.824		179.086		(301.060)		414.851
Financiamentos:		-		6		-		6
Financiamentos:		-		6		-		6
Total:		1.392.455		578.365		(674.614)		1.296.206

d) Receita de operações de crédito

	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Rendas de empréstimos:	1.563.786	3.075.696
Rendas de financiamentos:	5	115.519
Recuperação de créditos baixados como prejuízo:	70.417	115.519
Total:	1.634.206	3.191.218

No exercício findo em 31 de dezembro 2025 não foi realizada cessão de carteira de crédito.

e) Operações de crédito renegotiadas e reestruturadas

No total de operações com perda esperada associada ao risco de crédito estão incluídas as negociações e reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e em alguns casos, desconto parcial do principal.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Saldo inicial do exercício:	1.364.039
Renegociações e Reestruturações (1):	569.144
Recebimentos (2):	(169.771)
Baixas:	(470.323)
Total:	1.293.089

- (1) O Banco optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta às instituições à utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso de taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, desta forma os procedimentos contábeis para tratamento das operações reestruturadas é o mesmo das operações renegociadas; e
- (2) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

10) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Devedores por depósito em garantia:	388.132
Outros:	147
Total:	388.279

11) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações.....	937	(659)	278
Móveis e equipamentos.....	1.311	(1.142)	169
Sistemas de processamento de dados.....	1.489	(1.116)	373
Total.....	3.737	(2.917)	820

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	2024	Adições	Depreciação	2025
Instalações:	415	-	(137)	278
Móveis e equipamentos:	214	3	(148)	169
Sistemas de Processamento de dados:	570	29	(226)	373
Total:	1.199	32	(411)	820

12) INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
2025				
	Taxas de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	Contrato	37.676	(32.576)	5.100
Direitos de exclusividade (1)	-	1.942	(1.910)	32
Projetos corporativos(2)	Até 10%	203.282	(107.083)	96.199
Total	-	242.900	(141.569)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato; e

(2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

A movimentação do intangível, está demonstrada abaixo:

	2024	Adições	Amortização	2025
Softwares:	3.518	3.625	(2.043)	5.100
Direitos de exclusividade (1):	247	-	(215)	32
Projetos corporativos (2):	101.023	24.898	(29.722)	96.199
Total:	104.787	28.523	(31.980)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato; e

(2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

13) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Relações Interfinanceiras (1):	2.085.357
Despesa antecipada:	15.316
Devedores diversos:	7.271
Adiantamentos e antecipações salariais:	7.200
Material em estoque:	908
Serviços prestados a receber:	21
Outros:	110
Total:	2.116.184

(1) Refere-se substancialmente, a valores a receber cedidos de transações de pagamento.

14) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2025
Depósitos interfinanceiros (Nota 27):	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
Total:	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
%	8%	23%	14%	55%	100%

b) Despesas com captações

	2º Semestre de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Despesas com depósitos interfinanceiros:	(1.306.636)	(2.515.463)
Despesas com depósitos a prazo:	(1.595)	(2.638)
Despesas operações compromissadas:	(865)	(3.746)
Total:	(1.309.098)	(2.521.847)

15) RECURSOS DE CLIENTES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2025
Depósito à vista - Clientes (1):	587.095
Depósito a prazo:	-
Saldos credores em contas de empréstimos (2):	55.678
Total:	642.773

(1) Referem-se a depósitos de contas de pagamento digitais; e

(2) Saldos credores de clientes, informados no Sistema de valores a receber (SVR) no Banco Central do Brasil.

16) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Relações interfinanceiras (1):	1.450.589
Total:	1.450.589

(1) Valores a repassar a integrantes de arranjo de pagamento relacionados ao cartão de crédito.

17) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Provisão para contingências (Nota 18):	417.384
Recursos de terceiros:	101.211
Outras (1):	64.340
Total:	582.935

(1) Inclui basicamente provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas

18) PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco Digio é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica do Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b) Processos civis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos morais e materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Provisões fiscais

O Banco Digio é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Provisões segregadas por natureza

O Banco Digio é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2025
Cíveis:	375.549
Trabalhistas:	40.039
Tributárias:	1.795
Total:	417.384

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2025
Cíveis:	374.480
Trabalhistas:	67.401
Tributárias:	953
Total:	442.834

Passivos contingentes - Risco de perda possível

O Banco Digio mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autor" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 500.635 compõe os processos de natureza cível, trabalhista e fiscal classificados com base na expectativa de perda possível.

O montante classificado como perda possível está distribuído conforme quadro abaixo:

Natureza	Cível	Trabalhista	Tributário	2025
Total	494.354	5.947	334	500.635

19) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2025
Credores diversos (1):	150.981
Impostos a recolher:	17.364
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 27):	8.571
Total:	176.915

(1) Refere-se, substancialmente, a provisões a pagar a fornecedores e recebimento de terceiros.

21) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Interchange.....	65.336	134.155
Rendas com cartões de crédito (1).....	35.761	63.134
Rendas de comissões de operações pré-pagas.....	12.682	23.015
Outras.....	67	157
Total.....	113.846	220.461

(1) Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

22) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Proventos.....	(41.178)	(84.471)
Encargos sociais.....	(14.853)	(30.679)
Benefícios.....	(14.613)	(28.371)
Participação dos empregados no lucro.....	(15.279)	(28.368)
Total.....	(85.923)	(171.889)

23) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Sistema financeiro - Correspondente no país (1)	(89.851)	(185.118)
Serviços de terceiros (2)	(91.734)	(152.178)
Processamento de dados (3)	(64.522)	(129.709)
Honorários	(25.866)	(49.391)
Depreciações e amortizações	(15.635)	(32.391)
Materiais	(3.957)	(8.957)
Comunicações	(4.373)	(7.889)
Outras	(4.470)	(7.885)
Propaganda e publicação	(2.929)	(4.826)
Aluguéis	(2.643)	(4.637)
Transportes	(1.333)	(2.770)
Sistema financeiro	(794)	(2.230)
Viagens	(1.022)	(1.746)
Total	(309.125)	(589.759)

(1) Refere-se a comissões pagas a correspondentes bancários para originação e manutenção das operações de crédito;

(2) Refere-se substancialmente a pagamento de comissão e despesas com serviço de call center, tecnologia e consultorias; e

(3) Em sua maioria, está relacionado a despesas com manutenção de softwares.

24) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Contribuição à Cofins	(27.893)	(57.719)
Contribuição ao PIS/PASEP	(4.544)	(9.411)
Impostos sobre serviços - ISS	(3.401)	(6.447)
Outros impostos e taxas	(6.651)	(13.731)
IOF	(325)	(645)
Total.....	(36.829)	(76.013)

25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Antecipação de recebíveis.....	142.317	305.880
Outras receitas operacionais (1).....	31.858	57.151
Ressarcimento de custos (2).....	4.710	9.710
Variação cambial.....	201	318
Total.....	179.086	373.059

(1) Refere-se, substancialmente, a ressarcimento operacional de contratos; e

(2) Ressarcimento de custos operacionais de contratos de portabilidade.

26) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Indenizações e custas judiciais	(222.628)	(399.178)
Descontos concedidos em negociações (1)	(45.436)	(71.457)
Fee de bandeiras	(10.540)	(20.986)
Despesas juros sobre conta pagamento (2)	(10.566)	(19.783)
Outras	(17.379)	(16.404)
Centro administrativo compartilhado (Nota 27)	(1.805)	(5.541)

(1) Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC (perdas líquidas de crédito) impulsionado pelos feirões de crédito.

(2) Remuneração da conta digital.

continua

A autarquia projeta que a inflação termine 2026 em 3,9%, sobretudo devido ao aumento dos preços do petróleo. A estimativa é superior à de dezembro de 2025, de 3,5%, mas permanece abaixo do teto da meta de inflação (4,5%). (FolhaPress)